

# Gestão urbanística: o caso de uma fundação pública de saúde

Lisâneo Macedo M. Melo  
Mestrando em Direito na UCP  
*lisaneom@fiocruz.br*

## Introdução

O presente artigo trata da questão imobiliária em instituições públicas, mais particularmente da gestão urbanística do *campus* Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz, inicialmente iremos partir da premissa que no referido campus existem edificações destinadas, no todo ou em parte aos mais diversos usos: de hospitalares a escritórios administrativos, passando pela produção de fármacos e vacinas até a geração e produção de audiovisual através do Canal Saúde. Essa diversidade de usos torna mais difícil o seu alinhamento ao quadro de usos e atividades estabelecido na atual regulação urbanística do zoneamento da cidade, ficando claro o caráter diferenciado e *sui generis* da Fiocruz.

Os procedimentos necessários para a regularização da situação urbanística e edilícia do conjunto de edificações do *campus* junto ao governo municipal devem ser orientados e articulados com as diversas instâncias dentro da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, em especial a Secretaria de Urbanismo. Para isso foram construídos canais de comunicação com as instâncias superiores e técnicos da Secretaria de Urbanismo, de modo a construir um objetivo comum, bom para a cidade e para a instituição.

Indicamos que, embora desejável uma nova regulação do uso e ocupação do solo, que poderá estar articulada com a elaboração de Projeto de Estruturação Urbana (PEU), que abranja a área do Campus de Manguinhos e que contemple a situação das edificações atuais, faz-se urgente regularizar desde já, o *campus* tendo em vista as demandas de obras e construções já em andamento, além das necessidades futuras de expansão da Fiocruz. Estes instrumentos deverão buscar a adequação dos usos existentes e a sua regularização, na medida do possível, em conformidade com as normas desejáveis para a região.

## 1. Breve Histórico

O *Campus* mais antigo da Fundação Oswaldo Cruz está localizado no bairro de Manguinhos, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, ocupando área que fazia parte da Freguesia de Inhaúma desde o século XVIII, acompanhou o ciclo do café, durante a maior parte do século XIX. Com a instalação das linhas de trem, a partir de 1870, esta área começou a ser loteada para fins residenciais. A porção do território conhecida como Fazenda Manguinhos encontrava-se abandonada em 1892 e foi desapropriada pelo governo republicano de Floriano Peixoto. Neste espaço, foi criado, em 1900, o Instituto Soroterápico Federal, com o objetivo

de combater as epidemias de peste bubônica e febre amarela, comuns na época. (Oliveira, 2003).

Na bucólica fazenda Manguinhos o Instituto Soroterápico Federal, criado precisamente em 25 de maio de 1900, tinha originalmente o propósito de fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica. Inicia-se aqui a história da maior instituição pública de saúde do hemisfério sul.

O então, jovem bacteriologista Oswaldo Cruz, alçou o instituto como responsável pela reforma sanitária que erradicou a epidemia de peste bubônica e a febre amarela da cidade. Não se limitando aos limites do Rio de Janeiro, suas expedições científicas que desbravaram o interior do Brasil auxiliaram o Instituto a servir como referência para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920.

No século XX, a instituição experimentou grandes transformações, acompanhando os movimentos políticos do país. Em 1930 perdeu autonomia com a Revolução daquele ano, sendo foco de muitos debates nas décadas de 1950 e 1960. Com o golpe de 1964, época negra da história do país foi atingida pelo que convencionou chamar de “Massacre de Manguinhos”, onde de forma arbitrária foram cassados os direitos políticos de alguns de seus cientistas. Com a diminuição do poder militar no país em 1980, pode experimentar novamente a democracia interna. Na gestão do sanitarista Sergio Arouca, teve programas e estruturas recriados e foi realizado seu 1º Congresso Interno, marco maior da moderna Fiocruz. Nos anos seguintes, retorna sua tradição de grandes descobertas sendo responsável pelo isolamento do vírus HIV pela primeira vez na América Latina.

Hoje uma senhora centenária, a Fiocruz projeta uma nova história nos primeiros anos do século XXI. Em 2003, teve seu estatuto finalmente publicado. No campo da ciência decifrou o genoma do BCG, bactéria usada na vacina contra a tuber-

culose. Sua expansão pelo território brasileiro tornou-se uma política de estado e hoje alcança todas as regiões do país, tendo ainda com a criação do escritório Moçambique, na África, um exemplo de expansão que muito orgulharia Oswaldo Cruz.



*Figura 1 – Castelo Fiocruz*

Símbolo de imponência o Castelo ou Pavilhão Mourisco, construção de beleza ímpar chama atenção para aqueles que passam pela Avenida Brasil, via de entrada para cidade do Rio de Janeiro é a maior marca da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, tratando-se de um dos prédios mais impressionantes desta cidade. Sua arquitetura neo-mourisca (Costa, 2003) chama a atenção não apenas aos turistas, mas encanta também os próprios moradores do Rio de Janeiro. Sendo logo associado à FIOCRUZ e conseqüentemente à ciência e a saúde.

Ainda, de acordo com o sítio da Fiocruz a ditadura militar tem como ano final 1985, com a vitória no colégio elei-

toral de Tancredo Neves para a Presidência da República. Neste momento, explode nacionalmente uma mobilização iniciada no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no Rio de Janeiro, pela candidatura de Sérgio Arouca à Presidência da Fiocruz. Tancredo não chega a assumir o governo, falecendo antes e o Vice-Presidente José Sarney assume e mantém o ministério como o Presidente havia organizado. Sérgio Arouca assume o cargo de Presidência da Fiocruz em 3 de maio de 1985.

Na sua administração Sérgio Arouca reestruturou a Fiocruz internamente. A reestruturação fez com que a instituição ficasse muito próxima de uma gestão democrática. A democratização era o foco dessa administração, portanto, nesse sentido, foram inauguradas unidades científicas voltadas para a difusão do conhecimento, da história da saúde pública e da educação. Nesse sentido foram criadas as seguintes unidades: Creche Bertha Lutz, Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), Divisão de Fisiologia e Farmacodinâmica do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), Casa de Oswaldo Cruz (COC), Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (Icict), e a Prefeitura do Campus Manguinhos (que mais tarde foi nomeada de Diretoria de Administração do Campus).

A Fundação continuou sua natural evolução e cresceu mais ainda, no VI Congresso Interno (2010) a Fiocruz aprovou como declarações de Missão, Visão e Valores as seguintes afirmações:

**Missão:** Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contri-

buam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

**Visão:** Ser uma instituição pública e estratégica de saúde, reconhecida pela sociedade brasileira e de outros países por sua capacidade de colocar a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a produção tecnológica de serviços e insumos estratégicos para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do SUS, a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde.

**Valores:**

- Compromisso institucional com o caráter público e estatal;
- Ciência e inovação como base do desenvolvimento socioeconômico e da promoção da saúde;
- Ética e transparência;
- Cooperação e integração;
- Diversidade étnica, de gênero e sociocultural;
- Valorização dos trabalhadores, alunos e colaboradores;
- Qualidade e excelência;
- Redução das iniquidades;
- Compromisso com as principais metas de transformação social do estado brasileiro;
- Compromisso socioambiental;
- Democracia participativa;
- Democratização do conhecimento;
- Educação como processo emancipatório.

Uma leitura da Missão e da Visão da Fiocruz pautada pelos referenciais teóricos de gerência e planejamento estratégico permite inferir que os textos desses dois marcos gerenciais foi

à cristalização de ideias dos diversos setores e correntes de pensamento presentes no âmbito da instituição, onde cada qual apôs seu quinhão de representação para o conjunto da obra.

A fim de cumprir a sua Missão institucional, bem como dar conta dos diversos programas e projetos que tem sob sua incumbência, a Fiocruz dispõe de uma estrutura organizacional constituída por uma Presidência, quatro vice-presidências, treze unidades Técnico-Científicas, quatro Unidades Técnico-Administrativas e uma Unidade Técnica de Apoio. As relações de interligação e subordinação podem ser visualizadas no organograma da instituição disposto a seguir, elaborado com base no Relatório final do referido congresso. No quadro abaixo, apresentamos o organograma retirado do portal da Fiocruz, onde é mostrada a atual configuração institucional da Fundação Oswaldo Cruz.

A apresentação do organograma a seguir tem como objetivo demonstrar não apenas a complexidade da Fundação Oswaldo Cruz, mas também para afirmar uma das características mais interessantes dessa instituição centenária que trata-se do fato de que tais unidades, salvo as unidades administrativas: DIREH, DIRAD, DIRAC e DIPLAN, elegerem diretamente seus diretores e nesse sentido gozarem de autonomia administrativa.

Nesse contexto de crescimento institucional, que demandaram ampliação da estrutura da Fundação no interior do seu campus, fica a necessidade de atendimento da complexa legislação municipal na qual, outrora dispensável, agora clama pelo necessário atendimento, não cabendo mais a esquivia de tratar-se um “órgão do governo federal”, já que a lei vale para todos, não mais cabendo os privilégios oriundos da época em que a cidade do Rio de Janeiro foi capital federal.

Nas linhas seguintes apresentaremos um proposta de solução para o complexo de prédios existentes no campus Manguinhos.

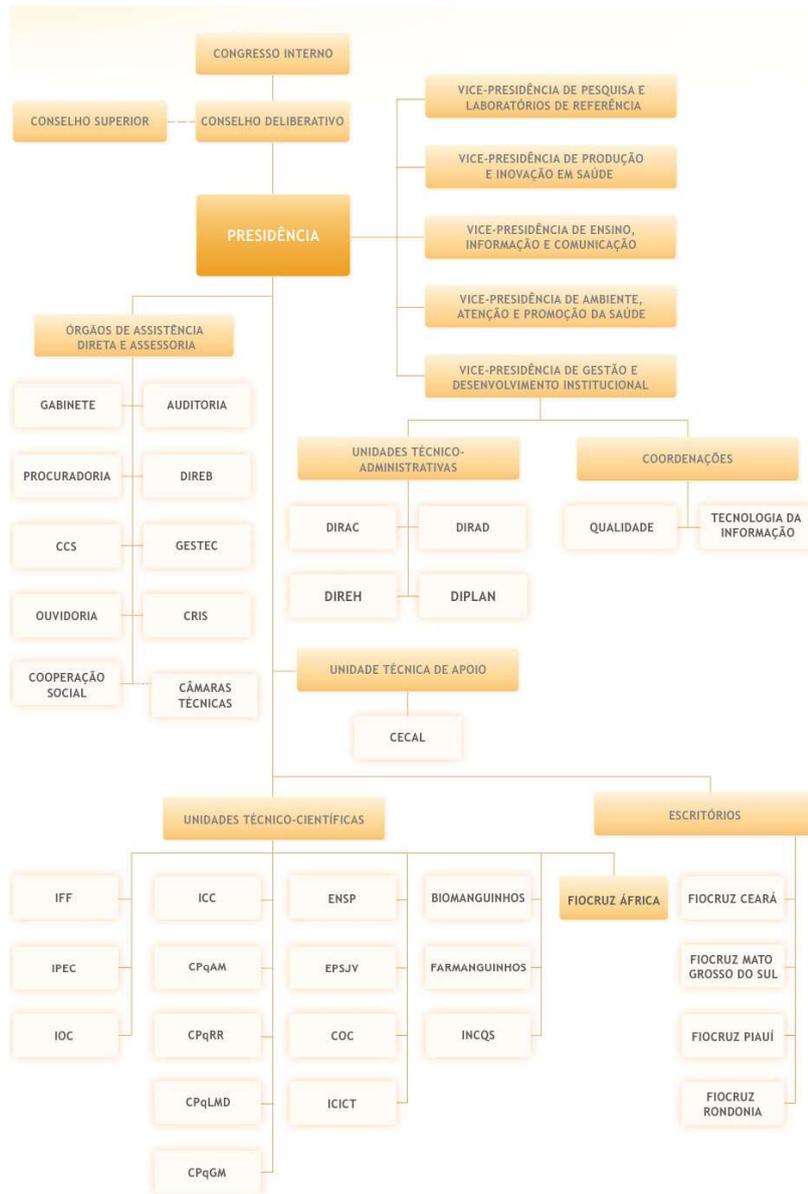


Figura 2 – Organograma Institucional

## 2. Um problema centenário

A Fiocruz é composta por diversas unidades que prestam diferentes serviços para a fundação. Dentro do *campus* Manguinhos, temos unidades de ensino, hospitalares, de produção, de pesquisa, de apoio e outras por onde transitam servidores, colaboradores, pacientes, estudantes, bolsistas, entre outros.

Desde sua fundação, foram muitas construções erguidas no campus, algumas das quais estão hoje tombadas pelos institutos de proteção ao patrimônio, tanto em nível federal quanto estadual. No final da década de 1940, os limites físicos do então Instituto Oswaldo Cruz foram definidos, e em 1970 ele foi transformado, pelo governo, em Fundação Oswaldo Cruz.

O gerenciamento do espaço e infraestrutura física da Fundação Oswaldo Cruz é responsabilidade da Diretoria de Administração do Campus - DIRAC, uma das quatro unidades técnicas administrativas subordinadas à Vice Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (Donas, 2004). Em se tratando do *campus* de Manguinhos, isso significa ser responsável por mais de 691.269,72 metros quadrados, segundo o Sexto Serviço Registral de Imóveis, algo próximo de quatro Maracanãs.

Além do campus de Manguinhos, a Dirac atua em todos os campi da Fundação no Rio de Janeiro, em Brasília, Mato Grosso do Sul e Ceará. Nas unidades técnico-científicas de Minas, Amazonas, Pernambuco, Bahia, Paraná e Rondônia, ela é responsável pela área de projetos de engenharia e segurança eletrônica. A DIRAC está presente em todas as atividades da instituição, prestando desde serviços básicos, como jardinagem, limpeza, controle de pragas e vetores, até a execução de obras, manutenção civil e de equipamentos, construção e implantação de laboratórios de referência e segurança patrimonial.

Segundo Donas (2004), a história da DIRAC começou em 1986, quando o então presidente a época da Fiocruz, Sérgio Arouca, criou a Unidade de Engenharia de Apoio à Saúde (UEAS), resultado da fusão do Escritório de Engenharia e do Núcleo de Tecnologia em Equipamentos Científicos (Nutec). Poucos meses depois, em 7 de abril de 1986, a unidade transformou-se em Prefeitura com a incumbência de cuidar da infraestrutura (água, luz, telefone) e dar um destino final ao lixo.

Posteriormente passou a ser responsável também pelos serviços gerais prestados pelo Escritório de Apoio do Campus. Somente em janeiro de 1992, ela recebeu a denominação de Diretoria de Administração do Campus (Dirac).

Quatro anos depois, a unidade, antes formada por oficinas e departamentos distantes uns dos outros, ganhou um espaço físico adequado, centralizando as suas atividades. E em 2001, passou a gerir o próprio orçamento, materiais e bens patrimoniais, com a descentralização administrativa da Fiocruz, entretanto, mesmo com a referida estruturação dessa Diretoria, não se atentou a necessidade de adequação da Fundação ao cumprimento da legislação, tampouco aos novos regramentos jurídicos e as necessidades impostas pelos órgãos de fiscalização, não por descuido da Fundação, mas principalmente pela desnecessidade de adequação, tendo em vista a inexistência de lei, que despusesse em sentido contrário, bem como o fato de ser uma fundação de direito público, diretamente vinculada ao Ministério da Saúde, portanto um órgão federal.

Segundo o Relatório intitulado “Plano Diretor da Fiocruz Campus Manguinhos – Diagnóstico – Quadro Atual, Livro III”, o campus Manguinhos está localizado na área de planejamento 3.1(AP 3.1) – Ramos e X Região Administrativa.

No mesmo relatório é informado que o campus está inserido em vários zoneamentos, a seguir elencados:

- Macrozona de Ocupação Incentivada (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro – Lei nº. 111/2011);
- Zona Industrial 1 - ZI1: Avenida Brasil e Avenida Leopoldo Bulhões (Decreto nº. 322/76), sendo CB-2 (Centro de Bairro 2) pela Avenida Brasil;
- Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI) de Jacaré-Manguinhos (Portaria Estadual nº.176/83);
- Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Avenida Brasil (Lei Complementar nº. 116/ 2012).

A Lei nº. 126 de 26 de março de 2013, institui a obrigatoriedade de realização de vistorias técnicas nas edificações existentes no município do Rio de Janeiro e foi regulamentada pelo Decreto nº. 37.426 de 11 de julho de 2013, portanto, trata-se de legislação recente, renovando a necessidade da Fundação adequar-se aos novos tempos.

Não é o foco do trabalho, mas entendemos ser importante mencionar, tendo em vista que no presente momento está em desenvolvimento o Plano Diretor da Fiocruz, informar que O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar nº. 111/2011, instituiu cinco instrumentos gerais de regulação urbanística, edilícia e ambiental: Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS (PLC nº.33/2013); Lei de Parcelamento do Solo - LPS (PLC nº. 29/2013); Código de Licenciamento e Fiscalização de Obras Públicas e Privadas - CLF (PLC nº.32/2013); Código de Obras e Edificações COE (PLC nº.31/2013 e o Código Ambiental - CA (PLC nº.30/2013). Com base na vasta legislação existente consultada, trazemos abaixo um resumo dos procedimentos que dependem de licença do poder público municipal:

- Obras executadas pelo poder público federal, estadual e municipal;
  - Execução de toda a obra de construção, reconstrução total ou parcial, modificação, transformação de uso, acréscimo, reformas e consertos de edificações em geral, marquises e muros, obras de estabilização geotécnica e drenagem;
  - Abertura, regularização, desvio, canalização de rios e talvegues;
    - Canalização e lançamento de águas pluviais;
    - Parcelamento da terra, a abertura de novas ruas e re-membramento de lotes;
    - Demolição;
    - Movimentação de terra;
    - Obras de engenharia em geral;
    - Uso e a modificação de uso das edificações;
    - Obras em prédios tombados, preservados, renováveis ou localizados em áreas sob o regime de proteção ambiental ou áreas de proteção do ambiente cultural, ou ainda nas áreas de entorno de bem tombado;
      - Assentamento de aparelhos de transporte e sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica;
      - Execução de toda obra que altere as condições de escoamento existentes;
      - Antenas destinadas a telecomunicações e radiotransmissão;
      - Remoção por corte ou transplante de indivíduos de porte arbóreo de qualquer espécie e arbustivas nativas em áreas públicas ou privadas;
      - Pavimentação;
      - Implantação de dispositivos moderadores de velocidade, em qualquer via de tráfego;
      - Implantação de Grupamentos de Áreas Privativas;
      - Obras de intervenções em subsolo em áreas de interesse histórico, em áreas de Sítio Arqueológico e áreas de entorno de Sítio Arqueológico.

Repare a imensa quantidade de procedimentos que demandam autorização/licença do poder público municipal, mais especificamente da Secretaria de Urbanismo. O atual contexto do Campus Manguinhos, no que tange a regularidade urbanística e edilícia, demonstra um quadro caótico de improvisado e de ilegalidade. Irei convencionar de “ilegalidade passiva” pelo fato que estarmos falando de construções, ampliações e modificações antigas ou recentes, bem como as em andamento dentro do Campus não estarem aprovadas pelos órgãos competentes, seja ele federal, estadual e tampouco municipal.

Isso se deu por que as instituições públicas, federais, estaduais e até municipais, se eximiam de aprovar ou legalizar quaisquer de suas sedes estabelecidas em nosso território, como se estivessem acima da lei, tratando-se de uma herança histórica da condição de capital federal do Rio de Janeiro.

Contribui para essa improvisação as iniciativas individuais de cada Unidade que compõem a Fundação, resultando em construções desordenadas, sendo muito comum a existência de “puxadinhos” construídos sem nenhum planejamento e controle, atacando a paisagem e o conjunto arquitetônico natural do campus, sem falar na “favelização” dos espaços do *campi*.

Nesse sentido a Fundação Oswaldo Cruz, por ser uma reconhecida instituição centenária e com destacada atuação no campo da saúde, geradora de conhecimento científico e tecnológico no cenário nacional e internacional deve zelar pela preservação de seu patrimônio arquitetônico urbanístico sem esquecer a regularidade do conjunto de prédios que formam o Campus Manguinhos.

#### 4. A questão urbanística

Podemos perceber pela planta do Campus Manguinhos (Figura 3), fornecido pelo Departamento de Engenharia e

Arquitetura – DAE da DIRAC, o gigantismo do campus atualmente, sendo certo que as informações constantes dos cadastros do governo municipal não encontram-se atualizadas, informação obtida a partir dos encontros realizados com a Secretaria Municipal de Urbanismo. Desde sua fundação, muitos novos edifícios foram construídos, vários sofreram reformas com ampliação e outros ganharam anexos em estruturas modulares. Por outro lado, alguns prédios foram demolidos, dando lugar a outras instalações ou espaços abertos. E, há demolições e construções já em andamento, além de novos projetos em fase de licitação ou concepção, em uma dinâmica de transformações extremamente ágil.

Atualmente, procedemos um cuidadoso levantamento das novas edificações e instalações existentes para atualizarmos nossos próprios cadastros, permitindo ações futuras de planejamento. Como parte do esforço em curso para regularizar a situação urbanística do campus e suas edificações, a Fiocruz procurou a Secretaria Municipal de Urbanismo, em 2012, e foi orientada a buscar a demarcação da Faixa Non-Aedificandi junto à Rio Águas, em função de procedimentos de licenciamento de projetos e obras. Esta demarcação foi obtida em 14/06/2012, em planta cadastrada sob o número 3-2-4653.

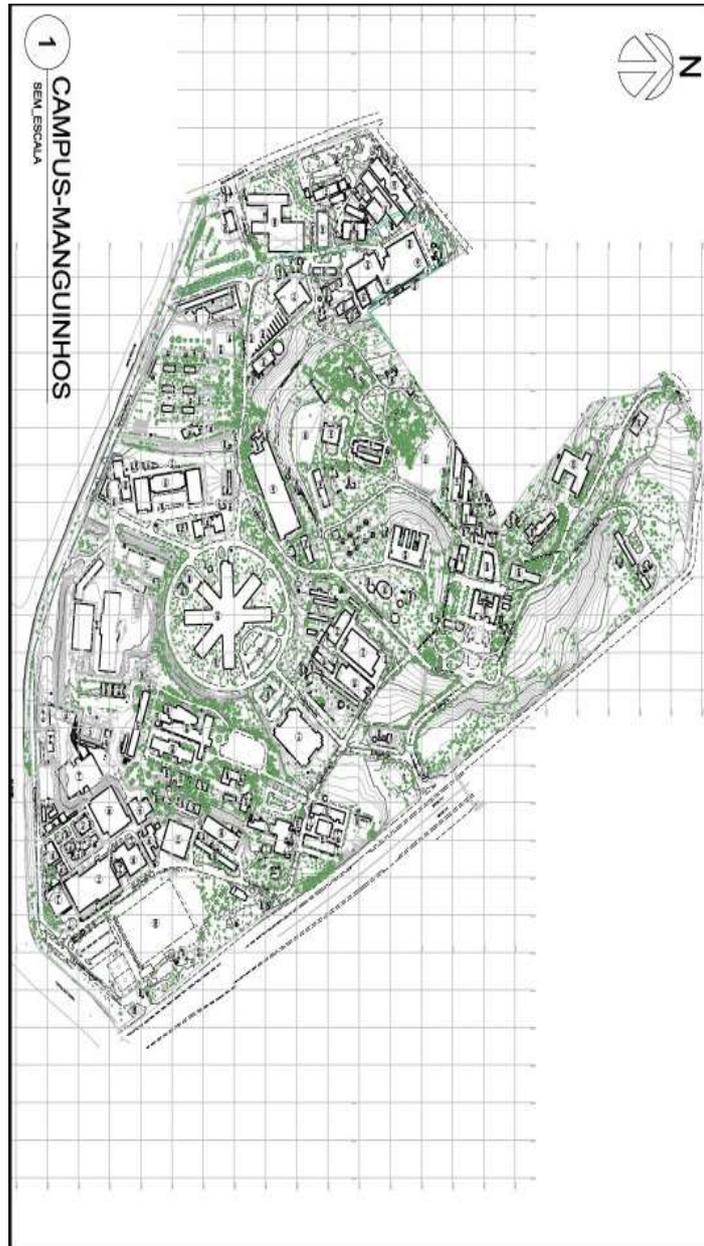


Figura 3 – Planta Campus Mangueiros

Nota-se na figura 3 a grande quantidade de construções existentes hoje no campus Manguinhos, ficando fácil imaginar a necessidade urgente de um planejamento urbanístico para evitar o uso inadequado dos espaços ainda passíveis de construção, bem como a correta utilização do solo e da área verde.

Abaixo apresentaremos um quadro com o rol de prédios construídos no campus Manguinhos com suas respectivas áreas e usos. Devemos desde já esclarecer que tais informações foram elaboradas recentemente pelos técnicos da COC – Casa de Oswaldo Cruz, de Biomanguinhos e do DAE/DI-RAC – Departamento de Arquitetura e Engenharia, exatamente para apresentar à Secretaria de Urbanismo do município do Rio de Janeiro a fim de proceder a regularização dos prédios construídos no *campus*.

ÁREAS / FIOCRUZ			
Nº	EDIFICAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA (m <sup>2</sup> )	USO
1	PORTARIA SIZENANDO NABUCO	53,89	APOIO
2	PAVILHÃO ARTHUR NEIVA	2.238,07	ENSINO
3	PAVILHÃO CARLOS AUGUSTO DA SILVA	5.160,27	ALIMENTAÇÃO ATEND. MÉDICO
4	PAVILHÃO CARLOS CHAGAS	3.278,10	PESQUISA
5	PROCURADORIA	817,48	ADMINISTRATIVO

6	PAV FIGUEIREDO VASCONCELLOS/QUININO	1.831,40	ADMINISTRATIVO
7	PAVILHÃO MOURISCO/CASTELO	4.885,85	ADMINISTRATIVO
8	MUSEU - CAVALARIÇA	400,22	ATIVIDADE CULTURAL
9	PAVILHÃO DO RELÓGIO - SEDE DA COC	184,79	ADMINISTRATIVO
10	PAVILHÃO GOMES DE FARIA	1.247,96	PESQUISA
11	PAVILHÃO CARDOSO FONTES	3.525,82	PESQUISA
13	ANTIGA CAIXA D'ÁGUA - DESATIVADA	174,00	INFRAESTRUTURA
14	PAVILHÃO ADOLPHO LUTZ	322,00	PESQUISA
15	RESTAURANTE E CASA DE CHÁ	217,50	ALIMENTAÇÃO
16	PAV. JORGE CARELI - GINÁSIO POLIESPORTIVO	884,72	ESPORTE
17	SETOR DE TRANSPORTE - GARAGEM	1.796,44	GARAGEM
18	PATOLOGIA CLÍNICA DO IPEC	275,12	ATENDIMENTO MÉDICO
19	BOMBA DE GASOLINA - DESATIVADA	-	INFRAESTRUTURA
20	AGÊNCIA BANCÁRIA - BANCO DO BRASIL	226,43	SERVIÇOS COMPLEMENTARES

21	CISTERNA - SIZE- NANDO NABUCO	474,35	INFRAESTRUTURA
22	INFECTÓRIO DE BIOMANGUINHOS/ LATAM/LANEU	1.646,00	PESQUISA
23	PAVILHÃO ROCKFELLER	1.250,00	PRODUÇÃO
24	PAVILHÃO ROCHA LIMA E CPFI	7.158,54	ADMINISTRATIVO
25	PAVILHÃO MULTIMEIOS	281,50	INFORMAÇÃO/ COMUNICAÇÃO
26	PAVILHÃO LEONIDAS DEANE	8.636,74	PESQUISA
27	CASTELO D'ÁGUA	60,53	INFRAESTRUTURA
28	HOSPITAL EVANDRO CHAGAS	3.180,23	ATENDIMENTO MÉDICO
29	CENTRAL DE APOIO DE SERVIÇOS 02/DIRAC	343,75	APOIO
30	ADMINISTRAÇÃO DO IPEC	192,45	ADMINISTRATIVO
31	AMBULATÓRIO DO IPEC	1.075,74	ATENDIMENTO MÉDICO
32	LAB. PESQ. DOENÇA DE CHAGAS/LAPCLIN	106,38	PESQUISA
33	DIREÇÃO DO IPEC	260,96	ADMINISTRATIVO
34	PAVILHÃO MARIA DEANE	1.137,88	PESQUISA

35	INST. NACIONAL CONTR. QUAL. SAÚDE - INCQS	12.741,00	PESQUISA
36	PAVILHÃO BIOLOGIA/ HANSENÍASE	2.407,21	PESQUISA
37	CASA DE CALDEIRA/ ROCHA LIMA	221,67	INFRAESTRUTU- RA
38	PAVILHÃO LAURO TRAVASSOS	2.444,55	PESQUISA
39	POMBAL	270,00	ATIVIDADE CULTURAL
40	RESERVA TECNICA MUSEU DA VIDA	1.483,35	ENSINO
41	CENTRO DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS /CECAL	7.501,95	PESQUISA
42	PAV. HENRIQUE ARAGÃO/ FEBRE AMARELA	1.175,00	PRODUÇÃO
43	PAV. LOBATO PARAENSE - CASA AMARELA	709,93	ADMINISTRATIVO
44	RESIDÊNCIA OFICIAL	835,72	ADMINISTRATIVO
45	PRIMATOLOGIA (GAIOLÕES)	1.438,20	PESQUISA
46	ESTAÇÃO DE TRATA- MENTO DE ESGOTO	544,50	INFRAESTRUTU- RA
47	PAVILHÃO HERMAN LENTZ	1.298,13	DEPÓSITO
48	PAVILHÃO MARILIA WELZEL	1.104,73	PESQUISA

## DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

49	ALMOXARIFADO FARMANGUINHOS	2.414,83	ADMINISTRATIVO/DEPÓSITO
50	ALMOXARIFADO - MANUTENÇÃO CIVIL	279,56	MANUTENÇÃO
51	SALA DE MÚSICA (EPSJV)	112,00	ENSINO
53	SUBESTAÇÃO. SAE 01 - PRINCIPAL	104,50	INFRAESTRUTURA
54	ENSP - PAVILHÃO ERNANI BRAGA	12.151,07	ENSINO
55	PORTARIA LEOPOLDO BULHÕES Nº1480	76,38	APOIO
56	PORTARIA DA AV. BRASIL Nº 4365	111,24	APOIO
57	DEPÓSITO DE GASES (INCQS)	25,00	DEPÓSITO
58	AMBULATÓRIO SOUZA ARAÚJO - HANSENÍASE	476,71	ATENDIMENTO MÉDICO
59	PROJETO ELSA	345,00	ATENDIMENTO MÉDICO
60	CONTROLE DE VETORES DA DIRAC	106,62	APOIO
61	NÚCLEO APOIO PESQUISA VETORES - NAPVE	77,91	PESQUISA
62	CANAL SAÚDE	425,16	INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO
63	HORTO FLORESTAL	32,29	INFRAESTRUTURA

64	HORTA	13,45	INFRAESTRUTURA
65	MEDIDORES DE GÁS – PORT. LEOPOLDO BULHÕES	–	INFRAESTRUTURA
66	MEDIDORES DE GÁS – PORT. CARGA PESADA	–	INFRAESTRUTURA
67	SUBESTAÇÃO - ET.8 - CASA DE BOMBAS	97,50	INFRAESTRUTURA
68	ABRIGO DE CARROS	22,39	GARAGEM
69	CASTELO D'ÁGUA DE FARMANGUINHOS	12,00	INFRAESTRUTURA
70	DEPÓSITO MATERIAL QUÍMICO	360,69	DEPÓSITO
71	CENTRAL DE UTILIDADES DE FARMANGUINHOS	407,98	INFRAESTRUTURA
72	CENTRAL AR COMPRIMIDO DE FARMANGUINHOS	226,78	INFRAESTRUTURA
73	PAV. CARLOS MATUS - SEDE DA DIPLAN	365,29	ADMINISTRATIVO
75	ASSESSORIA INTER- NACIONAL	242,18	ADMINISTRATIVO
76	DEPÓSITO DE INFLA- MÁVEIS DO INCQS	133,30	DEPÓSITO
77	SUBESTAÇÃO - ETG.5 - CPQHEC	31,50	INFRAESTRUTURA
78	CASA EFICIENTE	18,00	INFRAESTRUTURA

## DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

79	ABRIGO PARA CHURRASQUEIRA E MESAS/ASFOC	12,57	ESPORTE
80	NOVO ALMOXARIFADO/NAPA	15.735,00	ADMINISTRATIVO/DEPÓSITO
81	BRETE - ROUPARIA E SETOR DE TRANSPORTES	220,00	ADMINISTRATIVO
82	DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS	151,20	DEPÓSITO
83	CAMPO DE FUTEBOL - ASFOC	-	ESPORTE
84	ANTIGAS CALDEIRAS A GÁS - CECAL	29,76	INFRAESTRUTURA
85	SUBESTAÇÃO - ETG.13 - BIOTÉRIO CENTRAL	55,87	INFRAESTRUTURA
86	SUBESTAÇÃO - ETG.7 - PAV. FEBRE AMARELA	51,87	INFRAESTRUTURA
87	SERVIÇO DE GESTÃO DO TRABALHO/DIRAC	252,89	ADMINISTRATIVO
88	CASA DE VISITA - CAIXA D'ÁGUA	-	INFRAESTRUTURA
89	CASA DE VISITA - CAIXA D'ÁGUA	-	INFRAESTRUTURA
90	PORTARIA DE PEDESTRES DA AV. BRASIL	51,73	APOIO
91	CAIXA D'ÁGUA - CARDOSO FONTES	-	INFRAESTRUTURA
92	DEPÓSITO PAV. ADOLFO LUTZ/COC	208,70	ADMINISTRATIVO/DEPÓSITO

93	CISTERNA - CARDOSO FONTES	-	INFRAESTRUTURA
94	OUVIDORIA -ANTI- GO CASAL 40	135,88	ADMINISTRATIVO
95	AGÊNCIA DOS CORREIOS	62,03	SERVIÇOS COM- PLEMENTARES
96	PORT. CARGA PESA- DA DA AV. BRASIL	16,28	APOIO
97	PORTARIA CASTRO TAVARES	16,40	APOIO
98	CAIXA D'ÁGUA- BIOTÉRIO CENTRAL/ CECAL	-	INFRAESTRUTURA
99	SUBESTAÇÃO- ETG.1 - RELÓGIO	29,14	INFRAESTRUTURA
100	CAMPO DE FUTEBOL - RESIDÊNCIA OFICIAL	-	ESPORTE
102	SUBESTAÇÃO - ETG-3 - PAV. ARTHUR NEIVA	23,03	INFRAESTRUTURA
103	APIÁRIO	-	PESQUISA
104	ANEXO DA PAVI- LHÃO GOMES DE FARIA	40,00	PESQUISA
105	ANEXO DA PAVILHÃO CARDOSO FONTES	50,00	PESQUISA
106	ANTIGO MUSEU DA VIDA - FUTURO CDHS	365,00	ATIVIDADE CULTURAL
107	CRECHE BERTA LUTHS	860,70	ENSINO

## DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

108	LABORATÓRIOS DO IOC - ANTIGO CESTEJH	1.935,00	PESQUISA
109	PRODUTOS NATURAIS DE FARMANGUINHOS	737,19	PESQUISA
110	ESCOLA NACIONAL DE SAUDE PUBLICA - ENSP	1.230,00	ENSINO
111	CENTRAL DE ÁGUA GELADA DO CECAL	195,75	INFRAESTRUTURA
112	ALMOXARIFADO DE BIO-MANGUINHOS	1.300,00	DEPÓSITO
113	CASA DE COMPRESSORES DA DIRAC	-	INFRAESTRUTURA
114	PAV. HAITY MOUSSA-TCHÉ/ BIBLIO. MANGUINHOS	5.515,00	ENSINO
115	VESTIÁRIOS DO CAMPO DE FUTEBOL/ASFOC	144,00	ESPORTE
116	CPFI-CENTRO PROC. FINAL BIO-MANGUINHOS	4.975,00	PRODUÇÃO
117	PAVILHÃO OSÓRIO DE ALMEIDA	1.029,00	PESQUISA
118	PAVILHÃO DE PRIMATAS NEOTROPICAIS	329,00	PESQUISA
119	PAV. JOAQUIM ALBERTO CARD. DE MELO/TORRES HOMEM	1.872,80	ADMINISTRATIVO

120	DEPÓSITO DE MATERIAL DA DIRAC	141,95	DEPÓSITO
121	SUBESTAÇÃO- ET-15 - CESTEH	42,00	INFRAESTRUTURA
122	DIRETORIA ADMINISTRAÇÃO CAMPUS/DIRAC	1.682,82	ADMINISTRATIVO
123	OFICINAS DA DIRAC - BLOCOS - "A ,B E C"	4.432,50	MANUTENÇÃO
124	ADMINISTRAÇÃO DO IOC	1.954,06	ADMINISTRATIVO
125	CENTRAL ÁGUA GELADA DE FARMANGUINHOS	244,10	INFRAESTRUTURA
126	PLANTA PILOTO DE FARMANGUINHOS	620,57	PESQUISA
129	EDITORA FIOCRUZ	281,50	INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO
130	CENTRAL DE APOIO ÀS OFICINAS DA DIRAC	175,78	APOIO
136	CASA DE CALDEIRAS/ VESTIÁRIOS - CECAL	147,00	INFRAESTRUTURA
137	SUBESTAÇÃO- ET.19/ SEDE DA DIRAC	33,60	INFRAESTRUTURA
140	QDA. ESPORTIVA/ APOIO TÉCNICO/ ESTACIONAMENTO	128,27	ESPORTE
141	SUBESTAÇÃO - ET.10/ FARMANGUINHOS	45,40	INFRAESTRUTURA

## DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

142	SUBESTAÇÃO - ET.14/ ANTIGAS OFICINAS	27,80	INFRAESTRUTURA
143	PRÉDIO DA EXPAN- SÃO (ANTIGA DELE- GACIA DE SAÚDE)	15.497,62	ADMINISTRATIVO
146	CONTAINERS - PRIMATAS	248,00	PESQUISA
158	INSETÁRIO DO IOC	320,00	PESQUISA
159	PAVILHÃO DE OVI- NOS E EQUINOS	683,28	PESQUISA
165	CTO. PRODUÇÃO DE ANTÍGENOS BACTE- RIANAS/CBAP	2.400,00	PRODUÇÃO
166	LAB. DE PRODUÇÃO DE VACINAS VIRAIS	9.920,00	PRODUÇÃO
167	LAEAN/LAB. DE EX- PERIMENTAÇÃO ANIMAL	1.765,00	PRODUÇÃO
168	REFEITÓRIO DE BIO-MANGUINHOS	800,00	ALIMENTAÇÃO
169	CENTRAL ÁGUA GE- LADA DE BIOMAN- GUINHOS	660,00	INFRAESTRUTURA
170	CENTRAL DE VAPOR/ BIOMANGUINHOS	220,00	INFRAESTRUTURA
171	CENTRAL DE AR/ BIOMANGUINHOS	150,00	INFRAESTRUTURA
172	CENTRAL TRATA- MENTO ÁGUA BIO- MANGUINHOS	150,00	INFRAESTRUTURA

173	CASTELO D'ÁGUA CISTERNA BIOMANGUINHOS	50,00	INFRAESTRUTURA
174	DEPTO. ENGENHARIA MANUTENÇÃO/ DEPEM	550,00	MANUTENÇÃO
175	SUBEST. ETG. 25/ COMP. IND. BIOMANGUINHOS	440,00	INFRAESTRUTURA
176	SUBESTAÇÃO ETG.24 - SUBESTAÇÃO NOVA	400,00	INFRAESTRUTURA
177	SUBEST. SEA 02 (ANTIGA ETG - 27 - BIO- CPFI)	608,28	INFRAESTRUTURA
178	CENTRAL DE GASES DE BIOMANGUINHOS	71,97	INFRAESTRUTURA
179	SUBESTAÇÃO ETG-6 - BIOLOGIA	42,00	INFRAESTRUTURA
180	FORMULAÇÃO DE PFI - CPFI DE BIOMANGUINHOS	1.877,00	PRODUÇÃO
181	SUBESTAÇÃO ETG. 26 - PAV. MARIA DEANE	75,82	INFRAESTRUTURA
182	SUBEST. ETG. 12 - PAV. LEONIDAS DEANE	154,58	INFRAESTRUTURA
183	DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS DA DIRAD	378,00	DEPÓSITO
184	SUBESTAÇÃO ET. 21 - ETE	41,80	INFRAESTRUTURA
185	SUBESTAÇÃO ET. 22- GAIOLAS PRIMATAS	41,80	INFRAESTRUTURA

## DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

186	SUBESTAÇÃO ET. 23 - PRIMATOLOGIA	41,80	INFRAESTRUTURA
187	SUBEST. ETG. 17 - FARMACODINÂMICA	69,31	INFRAESTRUTURA
188	PAV. CONV. JOSE MAURO HID/ DIRAC	72,00	ALIMENTAÇÃO
189	SUBESTAÇÃO ET. 18/C. AGUA GELADA CECAL	11,20	INFRAESTRUTURA
190	SUBESTAÇÃO ET.20 - BIBLIOTECA	336,00	INFRAESTRUTURA
191	SUBEST. ETG. 2 - PAV. CARLOS CHAGAS	37,20	INFRAESTRUTURA
192	SUBEST. ETG. 4 - ROCHA LIMA	98,38	INFRAESTRUTURA
204	DEPOSITO DE INFLAMAVEIS DO CECAL	74,50	DEPÓSITO
218	CENTRO DE DESENV. TEC. SAÚDE - CDTS	19.735,00	PESQUISA
219	CASA P/ GRUPO GERADOR DO INCQS	51,90	INFRAESTRUTURA
224	SETOR DE SEGURANÇA (DIRAC)	759,90	ADMINISTRATIVO
225	CENTRAL APOIO SERVIÇOS - 01 - DIRAC	215,00	APOIO
226	GUARITA VILA RESIDENCIAL	12,25	APOIO
228	CENTRAL DE CRIOGENIA DO IOC	27,38	INFRAESTRUTURA
229	BIOTECA DO IOC	125,52	PESQUISA

230	ESC. POL. SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO/ESPJV	5.048,00	ENSINO
237	GUARITA SEG. PAV. PRIMATAS NEOTROPICAIS	9,50	APOIO
238	SEDE DO MUSEU DA VIDA	1.605,00	ATIVIDADE CULTURAL
240	ABRIGO DE CONTEI- NERES DE RESÍDUOS	99,00	INFRAESTRUTURA
242	GUARITA DE SEGURANÇA DA EXPANSÃO	38,50	APOIO
244	PÓS-GRADUAÇÃO - IPEC	695,30	ENSINO
245	CENTRO DE COMPOSTAGEM	278,45	INFRAESTRUTURA
246	PAV. 1º DE MAIO/SEDE DO NOVO CESTH	3.492,00	ATENDIMENTO MÉDICO
247	SUBESTAÇÃO - SE ET 28 - NOVA EPSJV	75,20	INFRAESTRUTURA
248	CENTRAL EXP. ANIMAL CONTAINERES/IOC	160,61	PESQUISA
249	TENDA - MUSEU DA VIDA	414,05	ATIVIDADE CULTURAL
250	EPIDOURINHO - MUSEU DA VIDA	308,70	ATIVIDADE CULTURAL
251	PIRÂMIDE - MUSEU DA VIDA	331,20	ATIVIDADE CULTURAL
252	CENTRO DE RECEPÇÃO - MUSEU DA VIDA	960,00	ATIVIDADE CULTURAL

## DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

255	ASSOC. AMIGOS IPEC - ANEXO AMBULATÓRIO	60,00	ADMINISTRATIVO
256	GAIOLÕES PRIMATAS NOVO MUNDO	2.000,00	PESQUISA
257	PAV. HÉLIO PEGGY PEREIRA (ANTIGO LABQUIM)	6.800,00	PESQUISA
258	ALMOXARIFADO DO INCQS	883,20	DEPÓSITO
B-1	CENT. INTEG. PROTÓT. BIOFÁRMA- COS REATIVOS	15.316,00	PRODUÇÃO
B-2	CENTRO ATEND. MÉDICO BIOMAN- GUINHOS	102,00	ATENDIMENTO MÉDICO
B-3	CENTRAL PARA DESCARTE DE RESÍDUOS	195,00	INFRAESTRUTURA
B-4	CENTRO ARMAZ. PRODUTOS ACABA- DOS/CEAPA	896,00	DEPÓSITO
B-5	BLOCO "C"	980,00	PRODUÇÃO
B-6	PAVILHÃO ROTAVÍRUS	3.370,00	PRODUÇÃO
B-7	CENTRAL DE ETANOL	15,00	INFRAESTRUTURA
B-8	SUBESTAÇÃO ETG-25A	38,00	INFRAESTRUTURA
B-9	GALPÃO CTV - DEPÓSITO DEPEM	366,00	DEPÓSITO
B-10	CENTRAL DE UTILI- DADES DO CIPBR	600,00	INFRAESTRUTURA

B-11	UTILIDADES – PAV. HENRIQUE ARAGÃO	180,00	INFRAESTRUTURA
B-12	CENTRAL DE TRATAMENTO DE ÁGUA LAFAM	110,00	INFRAESTRUTURA
B-13	UTILIDADES - PAVILHÃO ROCKFELLER	250,00	INFRAESTRUTURA
B-14	CENTRAL TRATA- MENTO ÁGUA-PAV. ROCKFELLER	96,00	INFRAESTRUTURA
B-15	ESCRITÓRIO FIOTEC	96,00	ADMINISTRATIVO
B-16	PRÉDIO MESTRADO	210,00	ENSINO
B-17	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	150,00	ADMINISTRATIVO
B-18	CENTRAL TRAT. ESGOTO BIOMANGUINHOS	50,00	INFRAESTRUTU- RA
B-19	EXPANSÃO DO ROCKFELLER	107,00	PRODUÇÃO
B-20	COOPREST	797,00	APOIO
C-1	INFOCOC	114,70	INFORMAÇÃO/ COMUNICAÇÃO
I-1	LABORATÓRIO DE PESQUISAS DST E AIDS	940,00	PESQUISA
ÁREA TOTAL		261.208,42	

**Tabela 1** – Relação das Construções e suas Respectivas Áreas no Campus Manguinhos. Atualizado em 17.02.2014.

Observação: No somatório total está incluso o prédio 143, referente ao prédio conhecido como “expansão do campus”, imóvel cedido pelo Ministério da Saúde e Aeronáutica.

Fica assim evidenciado a necessidade de adequar a Fundação aos novos tempos, partindo da premissa que a legislação municipal é abrangente e por vezes pouco clara requerendo um caminho burocrático alternativo, sempre partindo da premissa que o ideal é uma abordagem única tratando a Fiocruz como um todo e não uma análise isolada de cada processo por unidade construída ou construção.

Nesse sentido, para melhor compreensão de nosso estudo, trazemos a tabela abaixo, onde relacionamos os principais processos protocolados junto a Secretaria Municipal de Urbanismo do município do Rio de Janeiro, nesse quadro achamos por bem não relacionar processos cujo pedido eram apenas certidões de inteiro teor, vistorias, notificações, IPTU, entre outros, pela pouca utilidade no presente estudo.

PROCESSO	OBJETIVO	REQUERENTE
06/370241/1978	LICENÇA DE CONSTRUÇÃO PRÉDIO.	MINISTÉRIO DA SAÚDE
02/315649/2006	LEGALIZAÇÃO DE CONTRUÇÃO PRÉDIO.	FIOCRUZ
234/000452/2012	LICENÇA DE CONSTRUÇÃO PRÉDIO.	DIRAC

234/000209/2013	LICENÇA DE CONSTRUÇÃO PRÉDIO.	DIRAC
02/270060/2013	APROVAÇÃO DE PROJÉTO.	FIOCRUZ

**Tabela 2** – Relação de Processos na Secretaria de Urbanismo do Rio de Janeiro referente ao Campus Manguinhos. Atualizado em 10/03/2014.

Note que na tabela acima, estão relacionamos os pedidos formais feitos junto a Secretaria Municipal de Urbanismo cujo objeto era a licença, legalização ou aprovação de projeto, ainda encontra-se em fase de buscas pelos técnicos da citada secretaria, outros processos protocolados por outras unidades de FIOCRUZ, onde o objeto é permissão para alguma intervenção no campus.

Tal busca não impacta no resultado final, visto que os principais processos são os acima elencados, onde um deles será eleito o “processo mãe” e o demais anexos, já que o pedido principal é a licença e a legalização do complexo de prédios, hoje conhecido como Campus Manguinhos.

## Conclusão

Como narrado, conclui-se que o melhor encaminhamento para uma solução definitiva é de fato transformar o imóvel que hoje é o *campus* Manguinhos em uma área de especial interesse funcional, essa sem dúvida seria uma solução definitiva, entretanto, dada a necessidade do envolvimento

político dos dirigentes da Fundação Oswaldo Cruz com o executivo municipal, bem como a interlocução com a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, através de um projeto de lei, que demanda tempo e costuras políticas, faz-se necessário um caminho mais imediato e apropriado dentro das atuais possibilidades, para o mesmo regularizar as áreas já existentes.

Esse caminho, dada à urgência do problema foi regularizar todas as construções em um único processo e consequentemente em um ato administrativo, sendo adotada como solução a regularização de todo o campus, em um único bloco e não em prédios individualmente como estava sendo realizado. Esse caminho passa por uma interlocução com o corpo diretivo da Secretaria Municipal de Urbanismo, que já vem sendo feito, via reuniões na sede da referida secretaria, bem como encontros já realizados na própria Fiocruz.

Inicialmente foram reunidos todos os processos de autorização de obras em que a Fundação é parte interessada, sendo escolhido um deles - o de maior complexidade, para ser o que convencionamos chamar de “processo mãe” e os demais em processos anexos. A escolha do processo se dará ficará a critério dos técnicos da Secretaria de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro.

Após a junção desses processos é apresentado a Secretaria de Urbanismo uma planta baixa, com a descrição de todos os prédios que formam o campus Manguinhos, com sua referência na planta e seu tamanho, isso faz-se necessário para a determinação exata, ou aproximada da área construída no citado campus.

Tal medida torna viável a análise conjunta de todas as construções existentes hoje em Manguinhos, bem como fornece ao órgão municipal uma real situação de como encontra-se os espaços edificados da Fundação no que tange o seu principal campus.

Uma vez reunidos todos os processo de autorização/licenças de obras em que a Fundação é parte e com as informações e plantas que foram fornecidas por técnicos da COC – Casa de Oswaldo Cruz, de Biomanguinhos e do DAE/DIRAC – Departamento de Arquitetura e Engenharia com a coordenação da ASTEC/DIRAC – Assessoria Técnica a Secretaria de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro emitirá um único parecer pela autorização e regularização de todas as construções existentes no Campus Manguinhos.

Considerando a grande quantidade de construções e projetos ainda em desenvolvimento, em breve chegaremos à saturação do campus Manguinhos, já bastante adensado, sendo possível afirmar se, mantido o atual ritmo, em um período de médio prazo não haverá mais alternativas locacionais para futuras edificações, sem um estudo e um planejamento sério.

A proposta deste projeto de intervenção teve a intenção de propiciar uma solução para um problema centenário que ainda encontra-se em fase de finalização, mas que têm se tornado possível graças à dedicação e esforço do conjunto de uma série de servidores abnegados, imbuídos de um único espírito coletivo de resolver uma questão que se arrasta por décadas.

Não temos a pretensão de esgotar o tema, tampouco é uma solução definitiva como já afirmado, mas já apresenta um grande avanço para a questão urbanística do campus, tratando-se de um assunto tão importante e que envolve os interesses de os servidores, pesquisadores, bolsistas, estudantes, pacientes e o público em geral que frequenta o campus.

## Referências bibliográficas

COSTA, Renato da Gama Rosa, Caminhos da Arquitetura em Manguinhos, Record, Rio de Janeiro, 2003;

- DONAS, Manoel L. Martins, *A gestão da Manutenção de Equipamentos em uma Instituição Pública de C&T em Saúde*, Mestrado Profissional em Gestão de C&T em Saúde, ENSP/FIOCRUZ, 2004;
- FIOCRUZ, *VI Congresso Interno – Relatório Final*, outubro 2010;
- FIOCRUZ, <http://portal.fiocruz.br/pt-br/node/119>, consultado em 04.02.2014;
- IBAM, *Plano Diretor da Fiocruz Campus Manguinhos : Diagnóstico – Quadro Atual*, Livro III, 2013;
- OLIVEIRA, Benedito Tadeu de, *Um lugar para a ciência: A formação do campus de Manguinhos*, Editora Fiocruz, 2003;
- RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto “E” nº 3.800 de 20 de abril de 1970. Aprova os regulamentos complementares à Lei do Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara: Regulamento de Parcelamento da Terra; Regulamento de Construções e Edificações; Regulamento para o Assentamento de Máquinas, Motores e Equipamentos; Regulamento de Licenciamento e Fiscalização, ([www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br));
- RIO DE JANEIRO (Estado), Portaria Estadual nº 176/83. Cria as ZUPIs (Zonas de Uso Predominantemente Industrial) de Jacaré-Manguinhos, ([www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br));
- RIO DE JANEIRO (Município), Lei Complementar nº. 111 de 1º de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a política urbana e ambiental do município e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências, ([www.camara.rj.gov.br](http://www.camara.rj.gov.br));

- RIO DE JANEIRO (Município), Lei Complementar nº 116 de 25 de abril de 2012. Cria a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Avenida Brasil, define normas para incremento das atividades econômicas e para reaproveitamento de imóveis em áreas das zonas industriais e ao longo de corredores viários estruturantes da AP-3 e da AP-5 e dá outras providências, ([www.camara.rj.gov.br](http://www.camara.rj.gov.br));
- RIO DE JANEIRO (Município), Lei Complementar nº 126 de 26 de março de 2013. Institui a obrigatoriedade de realização de vistorias técnicas nas edificações existentes no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências, ([www.camara.rj.gov.br](http://www.camara.rj.gov.br));
- RIO DE JANEIRO (Município), Decreto nº 322 de 03 de março de 1976. Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro, que estabelece as modalidades, a intensidade e a localização dos usos do solo e das atividades permitidos no Município do Rio de Janeiro, ([www.camara.rj.gov.br](http://www.camara.rj.gov.br));
- RIO DE JANEIRO (Município), Decreto nº 37.426 de 11 de julho de 2013. Regulamenta a aplicação da Lei Complementar 126 de 26 de março de 2013 e da Lei 6400 de 05 de março de 2013, que instituem a obrigatoriedade de realização de vistorias técnicas nas edificações existentes no Município do Rio de Janeiro, ([www.camara.rj.gov.br](http://www.camara.rj.gov.br)).

### Bibliografia consultada

- BITTAR, Olimpio J. Nogueira, *Plano Diretor para Instituições de Saúde*, Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde – jan/jun 2011;

- FIOCRUZ, CGTI/DIPLAN, *Plano Diretor de Tecnologia da Informação*, 2011;
- MACHADO, Sérgio Carlos E. Pinto, *Experiência: Centro de Pesquisas do HCPA, inovando a gestão da pesquisa por meio de laboratórios compartilhados*, Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal – Março 2001;
- MADLINE, Bigelow, *Como Alcançar a Excelência Operacional*, Quality Progress, outubro de 2002, pp 70-75
- MINTZBERG e MCHUG, *Strategy Formation in an Adhocracy*, 1985, apud Rebelo, Luiza Maria Bessa;
- SOUZA, Larissa Leiros de, *Diretrizes Para Elaboração de um Plano Diretor Físico Hospitalar: O caso do Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel*, Natal/RN, Especialização em Arquitetura de Sistemas de Saúde, Salvador 2008;
- TOBAR, Federico. *O conceito de Descentralização: Usos e Abusos*, Planejamento e Políticas Públicas, 1991;